



# **Prefeitura Municipal de Urandi**

**Rua XV de Novembro, 57 - Centro Administrativo**

**Cep: 46.350-000 Urandi – Bahia**

---

## **DECRETO N.º 224/2021, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**EMENTA:** “Dispõe sobre a consignação em folha de pagamento de servidores municipais ativos, inativos e pensionistas do Município”.

**Considerando**, que os efeitos da pandemia continuam ativos, sobretudo os impactos financeiros das nossas famílias;

**Considerando**, que o país vive no momento sua maior crise econômica de todos os tempos;

**Considerando**, que a Lei 14.131/2021, estabelece prazo curto para a renovação dos contratos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URANDI, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica do Município de Urandi.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** – Os servidores municipais, ativos, inativos e os pensionistas, vinculados ao Município, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, o desconto em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento de empréstimos pessoais e financiamentos, inclusive aqueles realizados por intermédio de cartões de crédito.

**§ 1º** – Não são considerados servidores, para os propósitos deste decreto, os prestadores de serviço, os funcionários de empresas terceirizadas prestadoras de serviços de segurança, limpeza e similares e os detentores de cargos em comissão que não tenham cargos efetivos no Município.

**§ 2º** – Serão considerados servidores, para os propósitos deste decreto, o prefeito e o vice-prefeito.

**§ 3º** – O contrato de consignação referente à amortização de empréstimos/financiamentos, inclusive aquele realizado por intermédio de cartões de crédito concedido aos servidores públicos ao amparo de convênios celebrados



# **Prefeitura Municipal de Urandi**

**Rua XV de Novembro, 57 - Centro Administrativo**

**Cep: 46.350-000 Urandi – Bahia**

---

com instituições financeiras, também poderão ser firmados eletronicamente, a partir de comandos seguros, gerados pela aposição de senha, autenticação biométrica ou assinatura digital do servidor ou em sistemas eletrônicos reconhecidos e validados pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional ou mecanismos eletrônicos, de telecomunicações ou outros desenvolvidos pelas instituições financeiras que garantam a segurança na operação realizada pelo servidor, o sigilo dos dados cadastrais e a comprovação da aceitação da operação realizada pelo servidor.

**Art. 2º** – Para os fins deste decreto, considera-se:

**I** – consignatário: destinatário dos créditos resultantes das consignações;

**II** – consignante: órgãos ou entidade da Administração Municipal Direta, Autárquica Fundacional que realiza descontos relativos às consignações na ficha financeira do servidor, em favor do consignatário;

**III** – consignado: os servidores e pensionistas de que trata o art. 1º;

**IV** – consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração do servidor, efetuado por força de lei ou decisão judicial;

**V** – consignação voluntária: o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, mediante sua autorização prévia em favor de instituição credenciada pela Administração, observando também o disposto no parágrafo único do artigo 1º deste decreto.

**Art. 3º** – Somente poderão ser credenciadas para os fins do art. 1º e 2º, V deste decreto as Instituições Bancárias ou Financeiras habilitadas perante o Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Único** – Regulamento poderá prever o credenciamento de outras instituições para figurarem como consignatárias.

**Art. 4º** – O credenciamento das instituições referidas no art. 3º. caput deste Decreto dependerá de convênio, no qual serão previstas as obrigações das partes.

**Art. 5º** – A qualquer momento poderá o Município descredenciar ou suspender o credenciamento de entidade consignatária que não comprovar o atendimento das exigências deste Decreto ou que comprovadamente praticar ato lesivo ao consignado, observados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 6º** – A consignação voluntária pode ser cancelada:



# **Prefeitura Municipal de Urandi**

**Rua XV de Novembro, 57 - Centro Administrativo**

**Cep: 46.350-000 Urandi – Bahia**

---

**I** – por força de lei;

**II** – por ordem judicial;

**III** – por vício insanável no processo de consignação;

**IV** – quando ocorrer ação danosa aos interesses do consignado, praticado por consignatário ou terceiro que com ele contrate;

**V** – por solicitação da entidade consignatária;

**VI** – pela Administração Pública, a qualquer tempo, no caso do art. 5º.

**Parágrafo único:** Denúncia ou rescisão do convênio mantido com as entidades consignatárias, por si, não implicará o cancelamento das consignações, que serão mantidos até a liquidação da operação de crédito que a originou, exceto quando das previsões das alíneas acima.

**Art. 7º** – A soma das consignações compulsórias com as facultativas de cada servidor não excederá, mensalmente, a 70% (setenta por cento) de sua remuneração, assim considerada a totalidade dos pagamentos que ordinariamente lhe são feitos, excluindo os de caráter extraordinário ou eventual, sendo que os descontos facultativos não poderão exceder a 35% (trinta por cento) da remuneração bruta.

**Art. 8º** – Fica estabelecido o prazo para consignação em folha de pagamento, no limite de até 96 (noventa e seis) meses, para os servidores efetivos.

**Art. 9º** – Os empréstimos concedidos ao prefeito e ao vice prefeito terão seu prazo limitado ao mandato em curso, não podendo excedê-lo sob nenhuma hipótese.

**Art. 10º** – Na aposentadoria do servidor o consignante deverá empregar os meios necessários para a transferência das consignações dos servidores para a Instituição de Previdência vigente à época, seja o Regime Geral de Previdência Social ou regime próprio, caso existente à época.

**§ 1º** – Na hipótese de inatividade temporária do servidor, por licença interesse, saúde ou outra espécie, que implique a suspensão dos pagamentos do consignado por parte do Município, os consignantes deverão informar aos consignatários e consignados quanto a suspensão das consignações.

**§ 2º** – Durante o período da inatividade temporária os valores referentes às consignações serão arcadas diretamente pelos consignados.



# ***Prefeitura Municipal de Urandi***

***Rua XV de Novembro, 57 - Centro Administrativo***

***Cep: 46.350-000 Urandi – Bahia***

---

**Art. 11** – Ficam convalidados os convênios já existentes, formalizados pelo Município anteriormente a vigência deste Decreto.

**Paragrafo único** – Ficam reputadas como válidas as consignações já realizadas nos convênios firmados entre o Município e as entidades previstas no Art. 3º, ressalvadas as hipóteses dos incisos III e IV do Art. 6º deste decreto.

**Art. 12** – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as disposições em contrário.

Urandi/BA, 20 de dezembro de 2021.

**WARLEI OLIVEIRA DE SOUZA**  
**Prefeito**